

SOBRE OS PORQUÊS DO PLURALISMO EM ECONOMIA: APROXIMAÇÕES DE UMA ALTERNATIVA HISTORICISTA

Marco Antonio Ribas Cavalieri ¹

Resumo: é comum, entre os economistas preocupados com o método, falar em uma nova metodologia da economia. Esta nova tendência surgiu da decepção e abandono da busca de um critério único para o julgamento da cientificidade de programas de pesquisa. Nessa esteira, entre os estudos que formam esta nova tendência, encontram-se diversas modalidades de pluralismo. Neste artigo, sugere-se que o pensamento de um dos patronos da filosofia hermenêutica, Wilhelm Dilthey, oferece uma opção epistemológica para a legitimação desta situação na ciência econômica. Este ideário é especialmente apresentado como alternativo aos pluralismos de Bruce Caldwell e Sheila Dow.

Palavras-chave: história do pensamento econômico, pluralismo, hermenêutica.

Abstract: *amidst the economists that are concerned about the method, it is common to make reference on the subject of a new economic methodology. It was from the deception and the abandon of the search toward a unique criterion to give scientific status to research programmes that this new movement came into being. Therefore, among the studies within this innovative trend there're many patterns of pluralism. This paper suggests that the ideas of a hermeneutics philosophy's founding father Wilhelm Dilthey offers an epistemological option to legitimate this state of affairs inside economic science. His thought is chiefly presented as an alternative for Bruce Caldwell's and Sheila Dow's pluralisms.*

Key-words: *History of Economic Thought, pluralism, hermeneutics.*

J.E.L.: B00; B40; B41.

1 - Introdução

Já foi por vezes repisada na literatura do método da ciência econômica a existência de uma *nova metodologia da economia*. Wade HANDS (2001), um dos mais importantes *scholars* a decretar o ocaso do que foi o tema central

Recebido em 23/08/2008. Liberado para publicação em 03/01/2009

¹ Economista do Tribunal de Justiça do Paraná, Brasil. Doutorando em Teoria Econômica do Cedeplar/UFMG. Email: mric@tj.pr.gov.br

da antiga variante, define o grande amálgama unificador dessa nova tendência como a renúncia da ilusória busca que foi a tônica da geração anterior: um critério universal de escolha e apreciação de teorias. Segundo esse importante porta-voz da virada ocorrida nos estudos do método:

...I claim that in one very significant way recent economic methodology has in fact been a rather profound failure. Not only has the field failed to exhibit progress, the failure has occurred with respect to the question that was considered to be the most important single question – the key defining objective – for economic methodology during most of the twentieth century. That objective was to find a few clearly specified methodological rules for the proper conduct of economic science; these rules, if followed, would guarantee that the resulting economic theory constituted legitimate scientific knowledge. With respect to this fundamental goal – the search for a few simple methodological rules – economic methodology has been a failure (HANDS, 2001, p. 1).

Sem o propósito de se estender sobre um assunto já tão pulverizado entre os economistas preocupados com o método, é necessário, para o que vai ser colocado nesse texto, dizer que entre as novas tendências que substituíram a antiga tarefa uma parece sobressair. Destaca-se, em especial, por respeitar a história da disciplina como ela se apresenta. Essa tendência é composta pela miríade de posições *pluralistas*, que defendem, de alguma maneira, a situação de convivência de diferentes programas de pesquisa comprometidos com a investigação de um objeto comum. Isso dito porque, ao se prestar atenção à história do pensamento econômico, a variedade de abordagens substitutas é imediatamente notável. E, tal peculiaridade, apesar de não ser surpresa para aqueles mais abertos à complexidade e a belicosidade do pensamento social, é capaz de desolar outros que esperam encontrar na economia uma situação mais sintônica. Sendo assim, o pluralismo em economia ganha especial destaque por abordar esse saber científico do ponto de vista que reconhece esta histórica alteridade opositiva de idéias.

Mas, em que pese a importância do assunto, a intenção desse artigo não é discutir a veracidade dessa abundância de séries de teorias concorrentes, tomada aqui como certa, senão apenas oferecer uma via alternativa de legitimação dessa situação².

² É comum encontrar referências sobre diferentes paradigmas da ciência econômica. Nos códigos do *Journal of Economic Literature*, por exemplo, encontram-se relacionados como

Alternativamente às abordagens de Bruce CALDWELL (2001), que foi o precursor do debate pluralista entre os metodologistas e autor do chamado *pluralismo crítico*, e de Sheila DOW (1997, 2004), a qual formulou um pluralismo que nomeou *pluralismo estruturado*, a sugestão desse texto respalda-se largamente no trabalho de um dos expoentes do pensamento historicista alemão: Wilhelm Dilthey (1833-1912). Ele foi um dos precursores do pensamento historicista e hermenêutico em filosofia e, embora os cânones desta corrente epistemológica nunca tenham sido estabelecidos de maneira definitiva, como sói acontecer neste campo do conhecimento, suas idéias são recorrentemente retomadas. O trabalho do Professor José Carlos REIS (2003) é um exemplo deste retorno à Dilthey, e aqui ele serve como base para clarificar muito do difícil e fragmentário trabalho deste pensador. Sua virtude é tomá-lo como o filósofo do corte epistêmico entre as ciências naturais e sociais, especialmente conferindo a estas últimas uma base epistemológica que corrobora sua observável pluralidade.

Ainda, neste raciocínio, outras duas são as razões mais específicas para chamar Dilthey para esta tarefa. Primeiro, em oposição à perspectiva de Caldwell, a filosofia de Dilthey preocupa-se especificamente com as ciências histórico-sociais, não derivando seu arranjo de posições pensadas a partir de filosofias voltadas às ciências naturais. Em segundo lugar, Dilthey oferece um pensamento verdadeiramente plural, com fundamento epistemológico sólido e, sobretudo, não apresenta mais afinidade com algumas posições teóricas em economia em detrimento de outras, como é o caso do pluralismo estruturado de Dow.

Tendo em mãos, portanto, as temáticas arroladas acima, este artigo foi estruturado da seguinte maneira. Logo abaixo dessa introdução faz-se um brevíssimo dos caminhos pluralistas de Bruce Caldwell e Sheila Dow. Em seguida, a alternativa historicista de Dilthey é apresentada. Segue-se outra seção na qual se discutem as implicações das idéias do pensador alemão para a justificação do pluralismo na ciência econômica, mormente em contraste com as posições de Caldwell e Dow. O texto finda com alguns apontamentos gerais a guisa de conclusão.

“abordagens heterodoxas atuais” as economias socialista, marxiana, sraffiana, institucionalista, evolucionária, austríaca e feminista. Pode-se adicionar a estas o *mainstream* econômico neoclássico, além dos pós-keynesianos, que muitas vezes são erroneamente colocados ao lado dos marginalistas. Isso além das diversas discordâncias que pululam no que tange às subdivisões, intersecções, fusões de pensamentos que apresentam algum grau de dissonância.

2 - Pluralismos³

O pluralismo pode ser definido como um argumento – na forma de princípio ou teoria do conhecimento - que justifica a existência legítima de um conjunto de discursos diferenciados, em termos razoavelmente não complementares, dentro de um universo de objeto científico comum. Dessa forma, como destaca SALANTI (1997), o pluralismo em economia pode ser defendido: (1) como princípio ético, de convivência pacífica mesmo, ou (2) como resultado de uma justificação epistemológica. Nesse artigo interessa esta segunda forma de justificativa.

2.1. O Pluralismo Crítico de Bruce Caldwell

Foi em 1982 que Bruce Caldwell publicou *Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century*, livro que em seu capítulo final resume a posição deste autor sobre os estudos do método da economia (CALDWELL, [1982] 2001). A organização seqüencial da obra diz muito sobre o caminho que Caldwell percorreu até chegar às suas conclusões, sugeridas essencialmente como posição metametodológica.

A primeira parte do livro se preocupa em contar sinteticamente a história da filosofia da ciência no século XX, partindo do famoso Círculo de Viena, passando pelo empiricismo lógico, pelo falsificacionismo de Karl Popper (1902-1994) e chegando até os autores da chamada “Tradição do Conhecimento”, Thomas Kuhn (1922-1996), Paul Feyerabend (1924-1994) e Imre Lakatos (1922-1974). A partir desse último movimento, resolvido ou não o problema do critério, acontece uma modificação importantíssima na direção deste ramo da filosofia: a história da ciência se torna o instrumento de checagem com o qual tais estudos devem necessariamente se confrontar.

Nesse mesmo sentido, na segunda parte do livro, Caldwell relata a saga da metodologia da economia, a qual acompanhou durante boa parte do século XX a filosofia da ciência, quase sempre com alguma defasagem. Ele conta como Lionel Robbins (1898-1984), Terence Hutchinson (1912-2007),

³ Apesar de serem tratados aqui somente duas justificações para o pluralismo em economia, nas versões de Caldwell, por ser o precursor do debate, e de Dow, pelo fato de suas idéias expressarem uma forma de pluralismo um tanto restritiva para a perspectiva que irá ser sustentada adiante, existem várias posições de estudiosos do método em economia sobre as quais a idéia do pluralismo pode se apoiar. Um bom resumo dessas variadas vertentes encontra-se em SALANTI e SCREPANTI (1997).

Milton Friedman (1912-2006) e Paul Samuelson, entre outros, procuraram estabelecer os cânones da economia ideal. Algo que resultou em outra tarefa incompleta, reflexo do acontecido com sua disciplina-mãe.

Voltando à filosofia da ciência, o economista precursor do pluralismo conclui que mesmo com a importante virada da “Tradição do Conhecimento”, não houve alento para quem deseja uma filosofia da ciência do critério definitivo. O suposto monismo “normal” kuhniano, pontuado por momentos de revoluções científicas, conforma-se a alguns períodos da história da ciência, porém certamente não a todos, e muito menos se a economia é a área de conhecimento em questão⁴. Tão pouco o critério histórico de Lakatos mostra-se definitivo. Esse último só parece deslocar o problema no tempo. O defensor do pluralismo crítico se apresenta mais cético ainda quanto à solução radical de Feyerabend, consubstanciada no lema *anything goes*, baseada numa exacerbação da “tese da dependência da teoria” (CALDWELL, 2001, p.89-93).

Frente à tão grande incerteza epistemológica, a conclusão de Caldwell é a proposição do pluralismo crítico:

Some closing words: methodological pluralism is not meant to be taken as an attempt at systematic philosophy of science. There is no discussion of the status of the initial assumption, or of its relationship to the other prescriptions. Methodological pluralism is an attempt by an economic methodologist to come up with some common-sense procedural norms for his field. The exercise derives its impetus from certain findings in contemporary philosophy of science⁵, and from my perception that methodological debate in economics has too often degenerated into dogmatic, sterile exchanges whose primary result is to call into question the usefulness of methodology itself (CALDWELL, 2001, p. 252).

É, portanto, importante reter que a justificativa de Caldwell reside naquele fracasso destacado na introdução através das palavras de Wade Hands. Contudo, para ele, a decepção pode ser apenas provisória. E isso fica

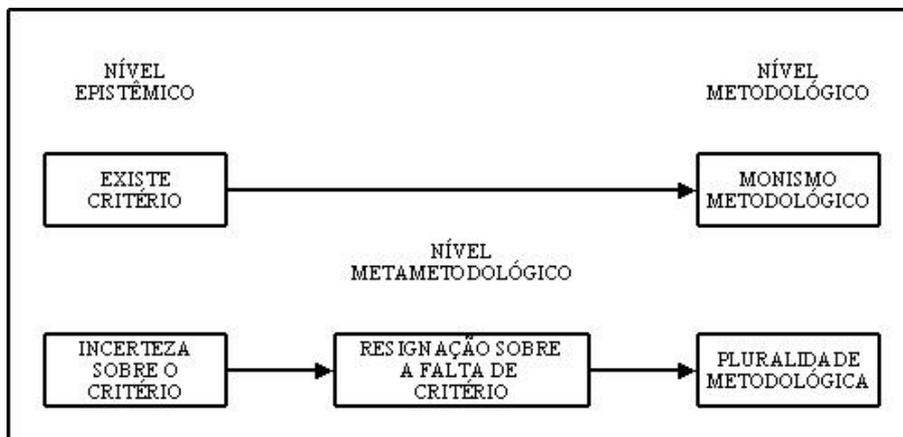
⁴ Aqui se fala em *suposto* monismo porque essa não parece ser a posição de Kuhn que sobressai numa leitura mais atenta do posfácio publicado em 1969, que rebate algumas críticas dirigidas à primeira edição de *A Estrutura das Revoluções Científicas* – trazida ao conhecimento público em 1962 (KUHN, 2003). Caldwell, nesse assunto, parece adotar algo como uma “visão recebida” do pensamento kuhniano.

⁵ Grifos nossos.

muito claro no seu desafio à filosofia da ciência. Se existe um argumento que demonstra inequivocamente a superioridade de alguma posição metodológica ou teórica sobre as outras, diz CALDWELL (2001, p. 250): então me convença!

Como o mesmo sugere no excerto acima, o pluralismo crítico não pretende ser uma filosofia da ciência. O pluralismo crítico é, antes de tudo, uma posição de economista. E embora Caldwell note, num texto mais recente, sua simpatia pela visão realista quanto à ontologia do ser social (CALDWELL, 1997, p.102) - significando que o autor concorda com a idéia de uma verdade una, e que o objetivo da ciência é perseguir a clarificação dessa verdade - essa posição não traz grandes conseqüências para sua sugestão, pois o núcleo duro de sua tese encontra-se no nível metametodológico. Assim sendo, é na ausência de um critério epistemológico de julgamento sobre as posições metodológicas – isto é, sobre o nível de princípios que estabelecem os procedimentos de desenvolvimento de modelos e abstrações, bem como o *status* e o padrão da pesquisa empírica – que resta para Caldwell admitir o pluralismo, estendo-o, também, em conseqüência, para o piso teórico. A figura 1 procura sintetizar a estrutura do pluralismo crítico de Bruce Caldwell.

Figura 1 - O Pluralismo crítico de Bruce Caldwell



Fonte: elaboração do autor

2.2 - O Pluralismo Estruturado de Sheila Dow

A virtude da opção de Sheila Dow é o destaque dado aos níveis filosóficos nos quais o pluralismo pode ser considerado. Por essa razão ele é chamado de pluralismo estruturado. Nessa lógica, a autora tenta chamar a atenção para as implicações do pluralismo ontológico, epistemológico, metametodológico e metodológico.

No nível ontológico DOW (1997, p. 91-92) mostra a existência de duas posições primordiais mutuamente excludentes. A primeira é a que advoga a pluralidade da própria realidade, geralmente posta em termos da não unidade da verdade, ou sobre a idéia de que a verdade é multifacetada. Os pós-modernistas são os representantes por excelência dessa vertente (AMARIGLIO, 1988). Contudo, o mais comum entre os cientistas é aceitar a verdade como uma realidade una, isto é, concordar que existem regularidades identificáveis no objeto de estudo, abrindo-se a possibilidade para o discurso teórico, uma impossibilidade na alternativa ontológica anterior. Mas, ainda, dentro dessa última perspectiva existem outros dois caminhos. E tal distinção pode ser vista através de dois conceitos muito caros a Dow, o da ontologia de sistemas abertos e de sistemas fechados. Enquanto aquele vê a realidade como contendo somente regularidades processuais, que apenas de forma nebulosa podem ser separadas das irregularidades, esta última posição advogaria uma realidade que contém regularidades de eventos, podendo existir uma separação clara entre estas e as irregularidades. Admitida a ontologia de sistemas abertos, como base metafísica de uma investigação científica, têm lugar a lógica subjetiva, humana, e os discursos lingüísticos menos formais. Já a ontologia de sistemas fechados é o território da lógica clássica e da formalização. No argumento desta metodologista, o *mainstream* neoclássico esposa esta última opção, enquanto os marxistas, institucionalistas, pós-keynesianos, feministas e outros são partidários da ontologia de sistemas abertos (DOW, 1996, p. 13-14; 1997, 89-91).

Passando para o nível epistemológico, outras quatro posições são analisadas pela autora. Elas guardam estreitas relações com as alternativas ontológicas discutidas. Falando-se primeiro em termos das epistemologias de cores pluralistas, vem, mais imediatamente, no corpo da alternativa pós-modernista, a possibilidade de múltiplos entendimentos epistêmicos, uma vez que a realidade é entendida como uma gama de faces da verdade. Nisto, a atitude essencialmente plural no nível ontológico implica um arranjo inescapavelmente plural no nível epistêmico. Ainda nesse lado plural, entra em cena também a corrente retórica/hermenêutica, que deriva da filosofia de

Richard RORTY (1979), a qual nega a possibilidade da ciência mimetizar a realidade. Essa posição é fundamentalmente pluralista, pois agnóstica no que concerne a ontologia ou teoria da verdade, não deixando espaço para a escolha de critérios de julgamento entre alternativas discursivas. A ciência se reduz, então, à mera narrativa tomada de diferentes perspectivas⁶. Por último, ainda na seara plural, vem a opção organicista. Essa diz que o entendimento humano da realidade é sempre limitado, conseqüência de compreender o ser social como sistema aberto. O ponto crucial é que são admitidas regularidades no processo de geração de conhecimento, abrindo o escopo para variadas alternativas, justamente porque algum elemento influente sempre irá ficar de fora, uma vez que nem todas variáveis relevantes poderão ser definidas e estudadas de modo completo. DOW (2004, p.85) enfatiza que essa abertura é característica de determinadas escolas de economia, tributárias daquela ontologia de sistemas abertos. O pluralismo, portanto, entre estas vertentes da ciência econômica pode ocorrer, pois embora existam as visões díspares, a adoção da idéia de um sistema aberto permite pensar os ideários alternativos como se suplementando mutuamente. Do outro lado, o monista, a corrente partidária da ontologia de sistemas fechados está impossibilitada de admitir pluralismo, pois o conhecimento seria passível de ser desvendado em sua totalidade, sendo isso apenas uma questão de aplicar a metodologia correta para os fenômenos a serem considerados. Explicitamente, em seus textos, esta é imputada como a abordagem do *mainstream* neoclássico.

Assim, finalmente se chega ao nível dos métodos, isto é, sobre os procedimentos para teorizar a realidade, para construir teorias e testá-las. Para a abordagem pós-moderna é fácil perceber, como resultado imediato das suas ontologia e epistemologia, a admissão do pluralismo no nível metodológico. Já os partidários da escolha retórica/hermenêutica são indiferentes em relação à pluralidade de métodos, pois propõem o afastamento de qualquer questão normativa nesse nível, incluindo, portanto, a defesa do pluralismo. Para quem defende uma ontologia fechada e uma epistemologia monista, a única alternativa para sustentar o pluralismo nesse nível é subscrever a inexistência, temporária, de um critério de avaliação de métodos – e teorias.

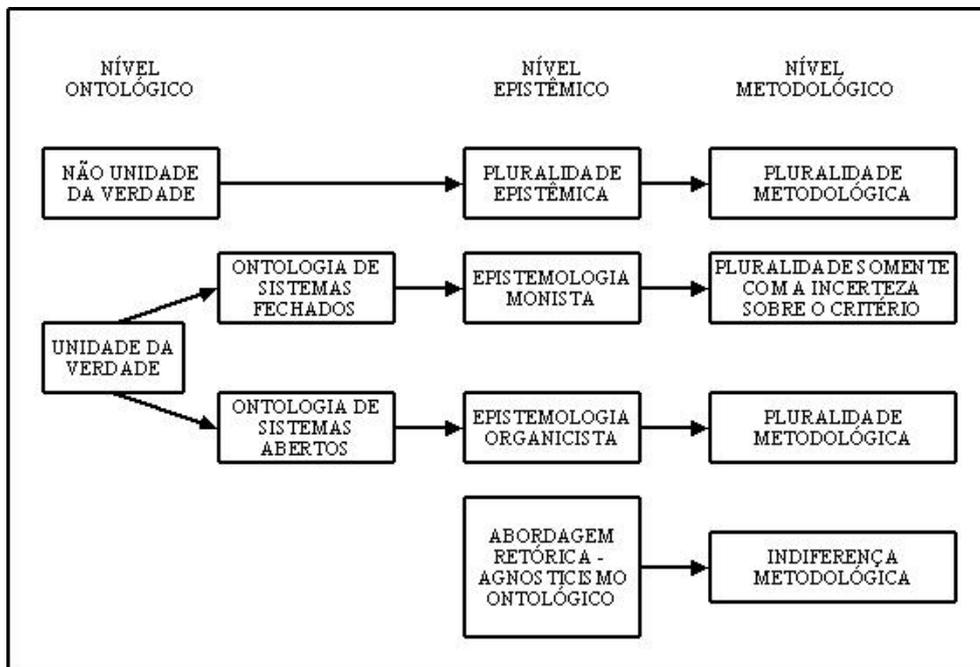
Esse, de acordo com DOW (1997, p. 94), é o caminho de expoentes da metodologia e da teoria *mainstream*, tal como fazem Lawrence Boland e Robert Solow. Bruce Caldwell, obviamente à luz do que foi visto sobre suas idéias, também deve ser colocado junto a esses autores. Sheila DOW (1997, p. 95-97), dessa maneira, condena o pluralismo crítico por dois lados. Primeiro,

⁶ Essa corrente, na ciência econômica, expressa-se principalmente através dos trabalhos de Deirdre McCLOSKEY (1986).

ele não teria fundamentação ontológica e epistemológica, é simplesmente uma posição metametodológica e, dessa forma não questiona a compatibilidade entre o pluralismo e as ontologias das quais derivam as diversas abordagens teóricas em economia.

Como foi feito com o pluralismo de Caldwell, a opção de Sheila Dow está esquematizada na figura 2.

Figura 2 – Pluralismo estruturado de Sheila Dow



Fonte: elaborado pelo autor

Entretanto, o objetivo central dos estudos de Dow parece ser afirmar que o pluralismo, se merece aceitação no nível metodológico e teórico, tendo por base não só uma incerteza epistemológica, mas sim uma ontologia e epistemologia explicitas, cabe somente no discurso daqueles programas de pesquisa que esposam a ontologia de sistemas abertos.

3 – Dilthey e sua “epistemologia da diferença” para as ciências humanas e sociais⁷

Wilhelm Dilthey viveu numa Alemanha pós-hegeliana e neokantiana, onde dois pontos se destacavam no pensamento da chamada escola histórica de filosofia. Em primeiro lugar, eles desejavam abandonar toda teleologia de inspiração hegeliana ou anterior, deixando as portas da história abertas a determinação humana, ou seja, não queriam imaginar que a saga da humanidade tivesse que necessariamente ser pensada com um ponto final definido, ou mesmo com um sentido pré-determinado. E, em consequência desse ideal filosófico, surge uma idéia que se tornou muito comum entre os historicistas: a valorização de cada época como proprietária de sentido e valores próprios. Enfim, o “hoje” não é mais importante que o “ontem”, uma vez que a história humana não é pensada como se aproximando de um ponto pré-definido e melhor. Em segundo lugar, desejava-se dar à história, e por extensão às outras ciências humanas e sociais, o mesmo *status* que a filosofia kantiana teria dado às ciências da natureza. Por sinal, esse é um dos pontos mais trabalhados por Dilthey durante sua carreira. Seu pensamento, então, para as motivações desse texto, pode ser entendido a partir de dois pontos. A vontade de dar autonomia às ciências humanas e sociais, e o combate às metafísicas que tentavam colocar o movimento do mundo sobre um princípio unificador.

3.1 - O Argumento do Criador e a Autonomia das Ciências Humanas e Sociais

A busca pela delimitação dos espaços científicos da natureza e das questões humanas tem um fundador na figura de Giambattista Vico (1668-1744), filósofo italiano pré-iluminista que buscou negar o cartesianismo como padrão de ciência universal. O âmago de seu anticartesianismo situa-se no chamado “argumento do criador” – ou tese do *verum-factum* (DOMINGUES, 2004, p. 37; REALE, ANTISERI, 2005, p. 197). Sinoticamente, tal argumento

⁷ Como foi preliminarmente pontuado na introdução, inexistente acordo na filosofia hermenêutica sobre qual é o ideário canônico desta corrente. Em obra debruçada sobre o assunto, Ivan DOMINGUES (2004, p. 361) conclui que é impossível dizer ao certo qual autor da hermenêutica – Guilherme von Humboldt, Emilio Betti, Hans-Georg Gadamer, Paul Ricoeur, Wilhelm Dilthey, para dar nomes a alguns – trouxe o paradigma deste ramo da filosofia a um consenso definitivo.

diz que o homem só é capaz de conhecer aquilo que produziu, o que implica na impossibilidade do conhecimento da natureza. O ser humano é capaz de conhecer a matemática e a geometria, mas não a natureza através delas. Além disso, e o mais importante, é que o homem pode conhecer a história, criação sua por excelência. Vico sustentava que a natureza é obra da “providência divina”, sendo, dessa maneira, impossível ao homem o acesso a sua verdade. Assim, a história deve ter um lugar especial, junto à matemática e geometria puras, como um dos poucos campos de conhecimento legitimamente abertos ao homem.

Desde então, esse argumento tem sido reeditado sob diversos formatos, obviamente perdendo muito de sua base teológica, mas mantendo-se como um ponto de vista útil para uma observação mais atenta das ciências humanas e sociais. Na variante diltheyana, destaca-se o fato de que o homem é o criador da história – e, portanto, das formas de sociabilidade, da política, das instituições econômicas, da arte etc. – mas isso não como uma negação cabal da possibilidade do conhecimento da natureza, porém como única e inultrapassável condição de possibilidade das ciências humanas e sociais. É, deste modo, a partir do reconhecimento do homem como produto e produtor das relações humanas que Dilthey busca a autonomia das *ciências do espírito*, nome com o qual ele se referia às ciências humanas e sociais modernas.

De acordo com José Carlos REIS (2003, p.96), a tarefa que Dilthey se propôs a cumprir é estabelecer o estatuto sobre o qual as ciências humanas e sociais se apóiam, mas não com objetivo normativo. Ele partiria do “dado” ciências do espírito: “O fato é que essas ciências já existiam como práticas sociais. (...) Ele queria tornar as ciências do espírito mais conscientes da sua especificidade e se limitará a compreendê-las tais como elas eram em sua prática concreta. Seu ponto de partida é o *fato* das ciências do espírito”. Portanto, o primeiro requisito da filosofia diltheyana é tomar as ciências humano-sociais tal como elas se apresentavam na história da disciplina. Assim, a questão condutora do seu trabalho é: quais são os traços fundamentais que unem história, economia, direito, política, retórica, gramática, filologia, estética, estudos morais etc.?

Para o pensador alemão são dois pontos que diferenciam essencialmente as ciências humanas e sociais das naturais. Primeiro, há uma distinção capital no objeto dessas duas ciências, uma vez que os fenômenos próprios à natureza e às relações humanas somente podem ser analisados sobre pontos de vista específicos aos dois lados dessa dicotomia. Em segundo lugar, as duas formas de conhecimento apresentam-se construídas sobre

métodos absolutamente diferentes. REIS (2003, p. 93) define, nesse sentido, o pensamento diltheyano como uma *epistemologia da diferença*.

Quanto ao objeto das ciências humanas e sociais, a tese central de Dilthey tornou-se, de certa forma, sem se prestar atenção às suas sutilezas, um lugar-comum entre os cientistas sociais que não esposam um positivismo mais fechado. O autor alemão sustentava que não há separação possível entre sujeito e objeto nessa modalidade científica. Os dois, ao contrário do que ocorre no mundo do conhecimento físico ou natural, se encontram irrevogavelmente mesclados, fazendo com que o discurso nesse campo necessariamente tenha que ser interessado. Porém, a idéia dessa diferenciação, considerada como ponto pacífico por alguns, traz em Dilthey uma série de nuances, e isso se expressa no que ele estabelecia sobre o método dessas ciências.

Assim, a respeito do método, ele começa observando que as ciências naturais e do espírito se fundam em experiências cognitivas divergentes. Enquanto as primeiras têm seu ponto fundamental na chamada “experiência externa” o outro ramo científico edifica-se sobre as “experiências internas”. A diferença fundamental entre esses dois tipos de experiências reside no reconhecimento dos limites da ação sobre os dois mundos distintos. A experiência interna não pode deixar de se reconhecer como criadora da esfera que pretende conhecer. Nesse tipo de apreensão, a vontade do ser humano expressa-se necessariamente, uma vez que ele se sente como parte criadora do mundo que procura desvendar. Já na experiência externa há uma espécie de reconhecimento tácito da maior estreiteza de limites. A ação é modificadora, mas nunca criadora ou criativa. A vontade, ao se entender como dado criador em algum grau de efetividade no mundo do espírito – ou humano e social – não pode deixar de interferir na construção do saber acerca dele. DILTHEY (1949, p. 14-15) aduz nesse sentido o seguinte:

La razón por la cual ha nacido la costumbre de separar en unidad estas ciencias [del espíritu] de las de la naturaleza encuentra sus raíces en las honduras y en la totalidad de la autoconciencia humana. Sin estar alertado todavía por las investigaciones acerca del origen de lo espiritual, el hombre encuentra en esta autoconciencia una soberanía de la voluntad, una responsabilidad de las acciones, una capacidad de someterlo todo al pensamiento y de resistir a todo dentro del castillo de la persona⁸, con lo cual se

⁸ Grifo nosso.

diferencia de la naturaleza toda. De hecho, se encuentra dentro de ésta, para emplear una expresión de Spinoza, un imperium in imperio. Y como para él existe únicamente lo que es hecho de su conciencia, en la independencia de este mundo espiritual, que actúa en él autónomamente, se halla todo valor, todo fin de la vida, y en la creación de hechos espirituales toda la meta de sus acciones. Así separa del reino de la naturaleza un reino de la historia en el cual, en medio de la trabazón de una necesidad objetiva, que es lo que constituye la naturaleza, chispea la libertad por innumerables puntos; separa los cambios naturales, que ya contiene en principio todo lo que sucede, producen la verdad, con su derroche de fuerza y su sacrificio, de cuya importancia se da cuenta el individuo de un modo efectivo en su propia experiencia, algo realmente nuevo y originan un desarrollo en la persona y en la humanidad...

Contudo, dentro dessa mesma perspectiva, esse pensador alemão - como bom filósofo historicista e homem de fins do século XIX - não pôde deixar de se referir ao mundo empírico e “externo” também como base necessária da produção do conhecimento, isto sob o perigo de estar sacrificando o objeto ao sujeito. Desse modo, ele argumenta que por um lado, na busca do revelar dos fenômenos naturais, os dados, essencialmente externos, são apenas organizados no interior do cognoscente - isso ao melhor estilo kantiano - enquanto os discursos científicos humanos e sociais têm uma *dupla origem*⁹.

O homem se apercebe do “espírito objetivo”, ou seja, do mundo criado pelas vontades individuais e por ações derivadas dessas. O mundo empírico sobre o qual as ciências do espírito trabalham é produto das mediações entre vontades individuais e o embate dessas umas com as outras. Essa “objetivação” dos espíritos, na esfera social, na soma dos efeitos das vontades e finalidades das vidas individuais, é o que se oferece à apreciação da experiência interna. Neste espírito objetivo o querer individual do autor de ciência humano-social é pouco relevante, pois imbrinca-se nos grandes números das vontades individuais. Todavia, a outra origem do conhecimento sobre a sociedade forma-se da psique individual do investigador, derivada de circunstâncias de uma vivência específica, isto é, da intersecção do contexto e das vontades e finalidades de um indivíduo, sem poder se desviar dessa

⁹ É uma afirmação comum dizer que a hermenêutica “sacrifica o objeto ao sujeito”. No entanto, a explanação arrolada aqui pretende, ao marcar o entendimento de Dilthey acerca de uma dupla origem do pensar científico sobre o humano e a sociedade, reforçar o argumento de que não é isso que acontece na epistemologia deste antigo filósofo alemão.

subjetividade de quem se dispõe a conhecer. Aliás, é possível dizer que esse ser humano se propõe a conhecer o mundo humano e social já com a intenção de “resistir a tudo dentro do castelo de sua pessoa”, isto é, de encontrar formas de imposição da sua vontade. O pesquisador da esfera humana e social “quer”, mesmo sem “querer”¹⁰. Considerando os diferentes aspectos da vida social e humana DILTHEY (1949, p. 58) diz que: “El individuo es un punto de cruce de una pluralidad de sistemas...”. Ao mesmo tempo, o indivíduo apreensor, exteriorizando sua percepção particular dessa variedade, faz com que uma obra de ciência espiritual seja sua contribuição que se torna parte desses mesmos sistemas; mas não os determina, pois dilui-se no todo formado a partir das individualidades (DILTHEY, 1949, p. 59).

A consequência mais destacada disso é a imprescindibilidade de se considerar a história e a psicologia do produtor de ciência social e humana, isto como fundamento da sua meta-análise. Sobre essa questão os escritos de Dilthey flutuam, certas vezes dando mais importância à psicologia, outras vezes à história - contexto. Como descreve REIS (2003, p.121):

Dilthey hesitou: ora privilegiava a experiência interna, o gênio individual, com suas idiosincrasias, a sua vida real, quando valorizava a biografia e sobretudo a autobiografia; ora privilegiava uma certa antropologia histórica, que interpretava o sentido presente na estrutura e estilo da obra, que decifrava os sentidos expressos nas criações objetivas do mundo histórico. (...) No entanto, mesmo que se admita que o mundo histórico-espiritual seja de certa forma exterior, objetivo, o valor autônomo da literatura, por exemplo, não poderia ser posto em evidência pelo método empírico externo. Ou seja, o criador do mundo histórico é sempre o indivíduo precário. (...) Se o espírito quisesse considerar as suas próprias criações como simples dados empíricos objetivos e analisá-los segundo o método externo das ciências naturais, ele se tornaria estranho a ele próprio.

¹⁰ Uma interessante síntese do conceito de experiência interna em Dilthey é dado por Reis, baseado em PACHECO AMARAL (apud REIS, 2003, p. 113-114): “As ciências morais [humanas e sociais] partem, portanto, do conjunto psíquico individual total, que constitui a experiência interna. (...) A percepção e o pensamento se misturam aos instintos, sentimentos e vontade. A vida interna reúne ‘eu percebo, eu penso, eu sinto, eu quero’. Este conjunto estrutural forma uma força homogênea, embora instável, que torna compreensível o conjunto vivo de influências que se encontra na *vida psíquica e no mundo da história*”. A referência de Pacheco Amaral é: PACHECO AMARAL, M. N. **Dilthey: um conceito de vida e uma pedagogia**. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1987.

Então, para se analisar a ciência social e humana é mister estar ciente dessa raiz dupla. São contextos históricos-espaciais, em conjunto com percepções particulares de indivíduos posicionando-se sobre um mundo - que se julgam capazes de afetar – os pilares da produção de ciência social e humana. Essa é, na opinião de Dilthey, sua marca característica. Isso implica uma forma específica de aproximação às ciências não naturais, quando se trata de analisá-las como produção de conhecimento: a hermenêutica. Ramo da filosofia, aliás, do qual ele é sempre citado como pioneiro (BLEICHER, 1980, p.19-23).

Mas esta não deve ser confundida com a hermenêutica de que fala Dow, aquela do *approach* Rorty-McCloskey. Ela é sim uma hermenêutica própria de Dilthey, na qual o traço fundamental é prestar sempre atenção ao contexto histórico sobre o qual é produzido o conhecimento, além de sempre considerar “quem” é o autor. Em Dilthey, como se verá adiante, existe certo agnosticismo ontológico, na medida em que esta esfera da metafísica perde sua importância cabal e cede lugar à epistemologia da diferença como sede primeira do conhecimento das ciências humanas e sociais. Todavia, mais ainda, pode-se dizer que a abordagem hermenêutica de Dilthey confere àquela análise acima, epistemológica, um *status* de ontologia. Além disso, Rorty enfatiza muito mais as estratégias de convencimento, ele põe stress sobre a comparação entre idéias alternativas no domínio da linguagem, da retórica (PINTO, 2007, p. 529). Dilthey não enfatiza a competitividade de abordagens diversas, antes sua coexistência permanente como inevitável.

3.2 - Os combates de Dilthey aos sistemas metafísicos¹¹ e a solução através da consciência histórica da oposição entre eles

Se por um lado Dilthey elegeu como “inimigo” o naturalismo que em seu tempo estabelecia-se como ideal científico das ciências humanas e sociais, por outro sua crítica também batia na metafísica, especificamente entendida como sistema que se arroga validade universal. Não é que o pensador alemão negasse a base metafísica de todo o conhecimento científico, não se tratava de impor um empirismo radical nos moldes do positivismo vienense, mas de realçar a consciência histórica da impossibilidade de superação da dúvida

¹¹ O que Dilthey trata como sistemas metafísicos se encaixa perfeitamente como o que Dow chama de ontologias. Os nomes das categorias diferentes, então, são mantidos em respeito ao uso de cada um dos autores.

suscitada pela multiplicidade e o antagonismo de tais sistemas. DILTHEY (1992, p. 107), a respeito disso, diz:

Entre as razões que ao cepticismo (sic) proporcionam sempre novo alimento uma das mais eficazes é a anarquia dos sistemas filosóficos. Entre a consciência histórica da sua multiplicidade ilimitada e a pretensão de cada um à validez universal existe uma contradição que apoia o espírito céptico com muito mais força do que qualquer demonstração sistemática. Atrás de nós, ilimitada e caótica, encontra-se a multiplicidade dos sistemas filosóficos e estende-se à nossa volta. Em todas as épocas, desde que existem, excluíram-se e entre si combateram e não se divisa esperança alguma de entre eles se poder chegar a uma decisão.

Nessa passagem, fica claro que o pensador alemão sugere a consciência histórica da multiplicidade desses sistemas como solução para seu antagonismo. Isso não implica que mediado pela história, ou melhor, pela consciência da historicidade dos fenômenos humanos, a oposição desapareceria, porém ela é o caminho para a conclusão conformada de que realmente não haverá resposta única possível. A resignação e a tentativa de entender ao que tais sistemas servem, na opinião do filósofo alemão, é o que resta aos que pretendem se debruçar sobre as metafísicas. Assim como no caso dos antagonismos estéticos, religiosos e morais, o que ocorre entre os sistemas metafísicos, isto é, entre os conjuntos de idéias que pretendem colocar o mundo sobre um princípio unificador, é que não se vislumbra solução razoável.

De posse dessa consciência, Dilthey, então, procura colocar os sistemas metafísicos não mais como fundamentos de uma epistemologia, mas como objetos auxiliares do fazer científico. A metafísica muda, no que toca às ciências humano-sociais e no pensamento diltheyano, do seu lugar privilegiado como pilar fundamental do saber. E a chave para esse deslocamento da importância da metafísica está no reconhecimento da vida individual, como portadora de uma psique e mergulhada num contexto, e então produtora da esfera humana e social e do saber sobre ela. Como ressaltado acima, Dilthey via na interação do vivido – contexto – com a percepção interna ou particular do indivíduo, a fonte do conhecimento sobre a realidade social. Disso o filósofo alemão conclui que não é a metafísica o elemento basal do saber humanístico, mas sim essa interação dupla marcada acima. Nessa lógica, os sistemas metafísicos assumem o caráter de organizadores, ordenadores das disposições – vontades e finalidades – que a

mistura do contexto e do entendimento individual pretendem comunicar num sistema científico. Aqui ele põe um dos seus conceitos mais famosos e fundamentais, o de “concepção de mundo” ou “mundividência”. É assim que Dilthey entendia as metafísicas, ou ontologias, como ferramentas do saber científico. No entanto as raízes da escolha e das criações destas ou daquelas visões de mundo tem um origem mais profunda. Portanto, com a metafísica no seu novo lugar, ele conclui: “A raiz da mundividência é a vida” (DILTHEY, 1992, p. 111). Daí se deve perguntar: o que exatamente significa “mundividência” no pensar de Dilthey?

Em um dos seus escritos mais tardios, por vezes fragmentário, um esboço do que seria a “Teoria das Concepções de Mundo” é desenhado. Ali aparece o que Dilthey entendia como mundividência ou concepção de mundo. Dizia ele que eram princípios unificadores, metafísicos no sentido de não serem passíveis de prova empírica, mas que serviam ao conhecimento humano como ordenadores que colocavam saberes de outra forma obscuros sob uma roupagem mais clara (DILTHEY, 1992, 115). Atualmente algo muito próximo do que Dilthey entendia por concepção de mundo é expressado pelo conceito de *thematas*, proposto pelo historiador da ciência Gerald HOLTON (1979, 1988)¹². Essa categoria abrange idéias estruturadoras que permitem analogias, ou como nas palavras de HOLTON (1979, p.13), a elaboração de “modelos de imaginação científica”. Algumas *thematas* têm sido recorrentes no pensamento dos cientistas, tais como a existência de uma correspondência micro-macrocosmo, as interpretações organicistas e mecanísticas, motivações teleológicas, a idéia de que “o livro do Universo foi escrito em matemática” - atribuída a Galileu (1564-1642) - e a oposição essência-mutação, que opunha as filosofias de Parmênides de Eléia (530-460 a.C.) e Heráclito de Éfeso (540-470 a.C.) (HOLTON, 1988, p. 14). Esse último exemplo marca, como sugere esse autor, a existência de *thematas* e *antithematas*, isto é, geralmente um elemento desse tipo é usado por alguns cientistas, ao mesmo tempo que seu oposto é utilizado por outros. HOLTON (1988, p. 14) ainda chama a atenção para o fato de que o atomismo talvez seja a *themata* mais famosa que já foi proposta.

Porém, para Dilthey, também importava muito ligar essas mundividências ao contexto histórico-espacial e às disposições psicológicas – essas últimas entendidas como as disposições da vontade acerca de esferas específicas sobre as quais o conhecimento do humano e social pode agir, isto

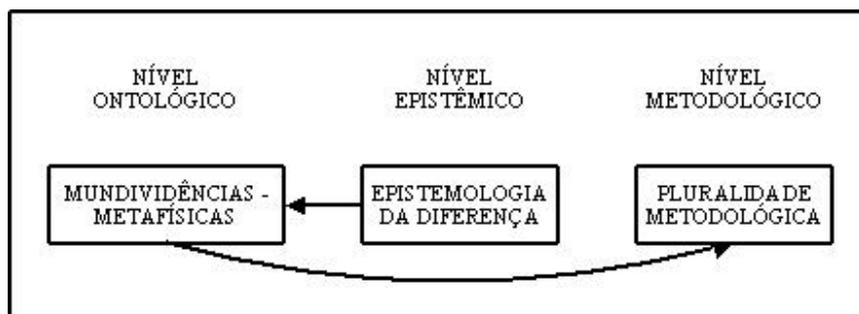
¹² Recentemente esse conceito tem sido utilizado por economistas em avaliações dos diversos paradigmas no pensamento econômico, tal como em VISKOVATOFF (2003) e PEACOCK (2000, 2004).

é, exemplificativamente, a economia, a política ou o direito. Ele fazia isso argumentado que as chamadas “disposições vitais” formavam o substrato inferior sobre o qual se erguiam as mundividências no construir científico. Suas palavras acerca dessas disposições diziam:

Toda a impressão forte revela ao homem a vida a partir de um lado peculiar; o mundo surge então a uma nova luz: com a repetição e a ligação de tais experiências, surgem as nossas disposições anímicas [ou vitais] face à vida. A partir de uma referência vital, toda a vida recebe uma coloração e interpretação nas almas afectivas ou meditativas – brotam as universais disposições de ânimo. Elas mudam, do mesmo modo que a vida mostra ao homem sempre novos aspectos: mas nos diferentes indivíduos predominam, segundo sua peculiaridade, certas disposições vitais. (...) Entre as grandes disposições anímicas acerca da vida, as mais relevantes são o otimismo e o pessimismo (DILTHEY, 1992, p. 115)

Wilhelm Dilthey coloca, dessa maneira, a ontologia como objeto auxiliar, pois em ciência do espírito são outros os dados primeiros: a vida do sujeito, o qual se reconhece como parte do objeto e, o próprio objeto, como diferenciado do sujeito mas produto também de sua vontade mesclada na pletera de vontades individuais. A figura 3 é no intuito de mostrar a estrutura do pluralismo diltheyano sugerido aqui.

Figura 3 – Pluralismo baseado no ideário de Wilhelm Dilthey



Fonte: elaboração do autor

Enfim, neste ponto, em vista do que foi exposto, é possível dizer algo sobre a economia como pesquisa sobre fenômenos do mundo humano e social, e como, da mesma forma, nascida dessas disposições de que fala

Dilthey. O otimismo, uma das fundamentais disposições diltheyanas, pode ser visto servindo de base de “disposição anímica” para os ideários econômicos que defendem essencialmente a não intervenção, ou que adotam algum tipo de visão de mundo onde o equilíbrio está fixado como norma de sentido para o progresso dos fenômenos econômicos. Enquanto isso, e essa é uma interpretação particular das idéias de Dilthey, o pessimismo se encontraria naqueles pensamentos econômicos que insistem em exigir a intervenção consciente do sujeito cognitivo. Os fatos econômicos devem ser dirigidos para algum fim, senão em virtude de sua natural disposição para a desorganização caótica, para desviá-lo numa direção mais desejável. A partir disso surgem discursos organizados em torno de concepções de mundo tais como a gravitação universal e o atomismo – e seus correspondentes no macrocosmo social, pretendendo um equilíbrio das forças econômicas - ou o evolucionismo e a idéia de que não há um equilíbrio pré-existente, ainda podendo aparecer, só exemplificativamente, a concepção de que o conhecimento econômico deve ser formal e matemático. Enfim, os pensadores em economia servem-se – ou criam novas - dessas metafísicas para organizar algo que querem comunicar sobre seu mundo, mediado pelas suas percepções particulares.

4 –Uma alternativa pluralista para a economia através do historicismo de Dilthey

O pequeno resumo das idéias de Dilthey exposto acima permite algumas inferências sobre um modo alternativo de legitimação da coexistência de diversos paradigmas em economia. Primeiro, ele chama a atenção para algo que se não é pouco enfatizado, então está completamente fora das justificativas de Caldwell, qual seja, o fato da especificidade de objeto e método das ciências humanas e sociais. Apesar desse autor considerar-se um herdeiro intelectual de Hayek (1899-1992), um economista que deu muita ênfase ao antinaturalismo nas ciências sociais, sua via de justificação do pluralismo parece fazer pouco ou nenhum uso desse fato. Essa “descontinuidade insuperável”, como Dilthey gostava de chamar o vão epistemológico que existe entre as ciências naturais e do espírito, há necessariamente, do modo como está advogado aqui, que ser parte importante da justificativa que se busca para a situação da pesquisa dos fenômenos econômicos. Entendendo a separação diltheyana, e a formação dos pensamentos econômicos dentro do “modelo” colocado anteriormente, não há porque nem se questionar sobre a existência de um critério universal de apreciação e escolha entre teorias.

Nessa linha de raciocínio, não interessa em nada, para a licença do pluralismo numa ciência social, a decepção com a busca da filosofia, em especial em autores como os positivistas vienenses, Popper e mesmo dos participantes da tradição do conhecimento. As preocupações destes centravam-se nas ciências naturais, embora considerassem marginalmente, como fez Kuhn, as ciências humanas e sociais. Mas, mesmo nessas considerações marginais, todos eles não parecem ter dispensado atenção às conseqüências essenciais da existência de uma separação rígida entre os ideais científicos nos dois lados da dicotomia tratada por Dilthey. Eram monistas no que diz respeito ao caráter da ciência. A epistemologia deveria ser uma só, seja para as ciências sociais e humanas, seja para as naturais. Dessa forma, entende-se a justificativa de Caldwell como procurando uma analogia para a metodologia da economia com a filosofia da ciência desses autores, algo que não é necessário do ponto de vista da “epistemologia da diferença” diltheyana apresentada.

Contudo, é preciso considerar que Caldwell também trata dessa busca de critérios especificamente entre os economistas. Nisso, ainda mais, existem sérias qualificações a serem feitas a partir do exposto acima. Só seria legítimo empreender uma busca de um critério universal se efetivamente fosse possível estabelecê-lo a partir de algo externo ao próprio corpo elaborativo do pensamento humano e social, ou seja, sob alguma base externa ao formulador de critérios. Se for razoável aceitar aquela raiz dupla do ideário social, que depende essencialmente do indivíduo que a profere, é impossível se clamar por um critério formulado por “fora”. Nessa lógica, novamente, a decepção com o a idéia de não se achar um critério de apreciação e escolha não parece cabível como justificativa do pluralismo em economia.

Entretanto, pode-se ainda dizer que Caldwell utiliza o fracasso da busca como um argumento para ressaltar o seu caráter de impossibilidade. Mas, se esse for o caso, não se pode estar aberto ao convencimento via uma epistemologia da validade de algum critério. Então, se se procura entender as idéias de Caldwell por essa última ótica, do reforço do caráter quimérico da busca de critérios, então há uma contradição que não deixa espaço para ultrapassagens. Caldwell efetivamente não pode “dizer” aos não pluralistas: “convençam-me”. Assim, quando ele deixa ainda a porta aberta ao convencimento está, na realidade, reconhecendo que os economistas, ou estudiosos que se dedicam às ciências humanas e sociais, continuem procurando por critérios. O pluralismo seria, desse modo, temporário, ou permanentemente algo que pode sofrer contestações dos que esperam especificar o critério definitivo. É preciso fechar esta possibilidade, pois ele

mesmo reconhece as discussões estéreis que isto suscita. Este posicionamento não se coaduna com a posição mais radicalmente pluralista que se deseja defender aqui via o ideário de Dilthey.

Em segundo lugar, no que diz respeito ao pluralismo estruturado de Dow, que parece muito mais desenvolvido do ponto de vista da elaboração de uma epistemologia das ciências sociais, o ponto fraco situa-se na premência dada à ontologia como fator formativo do pensamento econômico. É preciso, na opinião esposada nesse texto, se perguntar antes pelas motivações que levam à utilização de uma concepção de mundo do que pelas conseqüências que elas implicam. Embora seja razoável enxergar as escolas de pensamento econômico como derivadas de ontologias abertas ou fechadas, conceito “guarda-chuva” que pretende abarcar a pluralidade de metafísicas, isto não traz muito sobre o porquê das escolhas dos economistas. Além disso, discorda-se de Dow no fato de que os economistas que esposariam uma ontologia de sistemas fechados estariam impossibilitados de reconhecer o pluralismo em economia – ou fazê-lo somente pela mesma decepção de Caldwell. Aqui se defende que o pluralismo não precisa ser ligado às práticas científicas dentro de cada paradigma econômico, mas ele deve ser visto como um reconhecimento das raízes interessadas do pensamento social e humano. Para se reconhecer o pluralismo não é preciso advogar métodos e teorias afeitos mais às ontologias de sistemas abertos, mas simplesmente ver a história da disciplina com os olhos daquela consciência histórica de que Dilthey falava. Entender o pensamento em ciências sociais e humanas como produto contextual e individual – no sentido de que há um indivíduo produtor, dotado de experiências e psique específicas – basta para aceitar o pluralismo. Não sendo necessário, portanto, trabalhar sobre uma ou outra ontologia em que se baseia determinado paradigma em economia.

5 - Conclusão

A finalidade do artigo, na forma acima, então, é mostrar as conseqüências de se considerar o corte epistemológico entre ciências naturais e sociais, no seu formato diltheyano, para legitimação do pluralismo em economia. Sumarizando, nota-se que as justificativas de Caldwell, a pioneira, e de Dow, uma das mais bem estruturadas e restritivas apresentadas atualmente, não fazem uso das diferenças marcantes de objeto e método das ciências sociais. Isso implica uma crítica a Caldwell no sentido de que seu caminho rumo ao pluralismo poderia ter quase todas as etapas “queimadas”, uma vez que através da epistemologia da diferença de Dilthey não há porque

se perguntar por um critério de avaliação de teorias e métodos, nem, portanto, decepcionar-se com a situação de não encontrá-lo, muito menos deixar o espaço aberto a isso. Em relação a Dow, o ideário diltheyano rejeita a tentativa de se fazer o pluralismo como um princípio mais afeito a algumas escolas do pensamento econômico do que a outras. Sob a perspectiva mostrada acima, não é a orientação ontológica que fornece legitimação ao pluralismo, mas o reconhecimento das origens do pensamento social.

Referências Bibliográficas

- AMARAGLIO, J. The Body, Economic Discourse, and Power: an Economist's Introduction to Foucault. **History of Political Economy**. Vol. 20, n. 4, 1988.
- BLEICHER, J. **Contemporary hermeneutics: hermeneutics as method, philosophy and critique**. London: Routledge & Kegan Paul, 1980.
- CALDWELL, B. Comments: varieties of pluralism. In: SALANTI, A. SCREPANTI, E. **Pluralism in Economics: new perspectives in history and methodology**. EAEPE & Edward Elgar: Cheltenham, 1997.
- _____. **Beyond Positivism: economic methodology in the nineteenth century**. London & New York: Routledge, 2001.
- DILTHEY, W. **Introducción a las Ciencias del Espíritu**. Cidade do México & Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1949.
- _____. A Compreensão do Outro e de suas Manifestações de Vida. In: GARDINER, P. **Teorias da História**. Fundação Calouste Gulbekian: Lisboa, 1974.
- _____. **Teoria das Concepções de Mundo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1992.
- DOMINGUES, I. **Epistemologia das ciências humanas. Tomo I: positivismo e hermenêutica. Durkheim e Weber**. São Paulo: Loyola, 2004.
- DOW, S. **The Methodology of Macroeconomic Thought: a conceptual analysis of schools of thought in economics**. 2ª Edição. Cheltenham: Edward Elgar, 1996.
- _____. Methodological Pluralism and Pluralism of Method. In: SALANTI, A. SCREPANTI, E. **Pluralism in Economics: new perspectives in history and methodology**. Cheltenham: EAEPE & Edward Elgar, 1997.
- _____. Structured Pluralism. **Journal of Economic Methodology**. Vol. 11, n. 3, 2004.

- HANDS, W. Economic methodology is dead – long live economic methodology: thirteen theses on the new economic methodology. **Journal of Economic Methodology**. Vol. 8, n. 1, 2003.
- HOLTON, G. **A imaginação Científica**. (trad. port.). Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. **Thematic Origins of Scientific Thought: Kepler to Einstein**. ed. rev. London: Harvard University Press, 1988.
- KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- McCLOSKEY, D. **The Rhetoric of Economics**. Madison: University of Wisconsin Press, 1986.
- PEACOCK, M. Explaining Theory Choice: An Assessment of the Critical Realist Contribution to Explanation in Science. **Journal for the Theory of Social Behavior**. Vol. 30, n. 3, 2000.
- _____. No Methodology Without Ontology! Reorienting Economics. **Journal of Economic Methodology**, vol 11, n. 3, 2004.
- PINTO, P. R. M. *Richard Rorty, Arauto de uma Nova Visão de Mundo*. **Kriterion: Revista de Filosofia**. vol. 48, n. 116, 2007.
- REALE, G. ANTISERI, D. **História da Filosofia**. vol. 4. São Paulo: Paulus, 2005.
- REIS, J. C. **Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais**. Londrina: Eduel, 2003.
- RORTY, R. **Philosophy and the Mirror of Nature**. Princeton: Princeton University Press, 1979.
- SALANTI, A. Introduction. In: SALANTI, A. SCREPANTI, E. **Pluralism in Economics: new perspectives in history and methodology**. Cheltenham: EAEPE & Edward Elgar, 1997.
- SALANTI, A. SCREPANTI, E. **Pluralism in Economics: new perspectives in history and methodology**. Cheltenham: EAEPE & Edward Elgar, 1997.
- VISKOVATOFF, A. Rationalism and Mainstream Economics. **Journal of Economic Methodology**, vol.10, n.3, 2003.